

VI - Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, sendo um titular e um suplente;

VII - Instituto Estadual do Ambiente - INEA/RJ, sendo um titular e um suplente;

VIII - Instituto Estadual de Florestas - IEF, sendo um titular e um suplente;

IX - Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ, sendo um titular e um suplente;

X - Prefeitura Municipal de Resende/RJ, sendo um titular e um suplente;

XI - Prefeitura Municipal de Itamonte/MG, sendo um titular e um suplente;

XII - Prefeitura de Bocaina de Minas/MG, sendo um titular e um suplente;

XIII - Prefeitura de Queluz/SP, sendo um titular e um suplente.

DA SOCIEDADE CIVIL:

XIV - Centro de Recuperação de Itatiaia - CRI, sendo um titular e um suplente;

XV - Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, sendo um titular e um suplente;

XVI - Indústrias Nucleares do Brasil - INB, sendo um titular e um suplente;

XVII - Associação dos Amigos, Vizinhos e Moradores da Serra Negra, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Associação de Artesões Macaco Arteiro de Itatiaia, sendo um titular e um suplente;

XIX - Associação Nova Terra - AMEN sendo titular, e Associação Comercial Visconde de Mauá - ACVM, suplente;

XX - Associação Turística Visconde de Mauá - MAUATUR, sendo um titular e um suplente;

XXI - Associação dos Guias de Turismo, Condutores de Visitantes e Monitores Ambientais das Agulhas Negras - AGUIMAN, sendo um titular e um suplente;

XXII - Organização Ambientalista ONDA VERDE, sendo um titular e um suplente;

XXIII - Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estudos Ambientais - PRONATURA, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Organização Crescente Fértil, sendo um titular e um suplente;

XXV - Associação Educacional Dom Bosco - AEDB, sendo um titular e um suplente;

XXVI - Grupo Excursionista Agulhas Negras - GEAN, sendo um titular e um suplente;

XXVII - Federação de Esportes de Montanha do Estado do Rio de Janeiro - FEMERJ, sendo um titular e um suplente;

XXVIII - Associação dos Servidores do Parque Nacional de Itatiaia - ASPANIT, sendo um titular e um suplente;

XXIX - Federação de Esportes de Montanha do Estado de São Paulo - FEMESP, sendo um titular e um suplente; e

XXX - ONG O Nosso Vale, A Nossa Vida, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional do Parque Nacional de Itatiaia, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo do Parque Nacional de Itatiaia serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do ICMBio para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

PORTARIA Nº 66, DE 21 DE JULHO DE 2011

Renova o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca/SC

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 julho de 2011, e pela Portaria Nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010,

Considerando o disposto no art. 15, § 5º, da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentam;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio Nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação Federais;

Considerando o Decreto s/Nº 14 de setembro de 2000, que criou a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no estado de Santa Catarina;

Considerando a Portaria IBAMA Nº 48, de 22 de junho de 2006, que criou o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo IBAMA Nº 02001.007367/2005-92, R E S O L V E:

Art. 1º - Renovar o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

II - Coordenação Regional do ICMBio em Florianópolis/SC - CR9, sendo um titular e um suplente;

III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, sendo um titular e um suplente; IV - Delegacia da Capitania dos Portos em Laguna/SC, sendo um titular e um suplente;

V - Superintendência de Santa Catarina do Ministério da Pesca e Aquicultura, sendo um titular e um suplente;

VI - Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Santa Catarina - SPU/SC, sendo um titular e um suplente;

VII - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, sendo um titular e um suplente;

VIII - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, sendo um titular e um suplente;

IX - 3ª CIA do Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina, sendo um titular e um suplente;

X - Prefeitura Municipal de Garopaba/SC, sendo um titular e um suplente;

XI - Prefeitura Municipal de Imbituba/SC, sendo um titular e um suplente;

XII - Prefeitura Municipal de Laguna/SC / Fundação Lagunense de Meio Ambiente - FLAMA, sendo um titular e um suplente;

XIII - Câmara Municipal de Imbituba/SC, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

XIV - Associação R3 Animal, sendo um titular e um suplente;

XV - Fundação Gaia, sendo um titular e um suplente;

XVI - Instituto Baleia Franca - IBF, sendo um titular e um suplente;

XVII - Instituto Carijós Pró-Conservação da Natureza, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Instituto Ambiental ECOSUL, sendo um titular e um suplente;

XIX - Instituto Sea Shepherd Brasil, sendo um titular e um suplente;

XX - Projeto Baleia Franca - PBF-Brasil / Coalizão Internacional da Vida Silvestre - IWC-Brasil, sendo um titular e um suplente;

XXI - Sociedade Ecológica Balneário do Rincão, sendo um titular e um suplente;

XXII - Associação Empresarial de Imbituba - ACIM, sendo um titular e um suplente;

XXIII - Associação Comercial, Industrial e Rural de Jaguaruna - ACIRJ, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Associação Empresarial de Tubarão - ACIT, sendo um titular e um suplente;

XXV - Associação de Moradores da Praia dos Naufragados - AMOPRAN, sendo um titular e um suplente;

XXVI - Associação de Pescadores de Garopaba - APG, sendo um titular e um suplente;

XXVII - Associação Regional de Engenheiros e Arquitetos Vale do Rio Tubarão - AREA-TB, sendo um titular e um suplente;

XXVIII - Associação dos Rizicultores do Vale do Rio D'uma e Região - ARIVALE, sendo um titular e um suplente;

XXIX - Associação dos Pescadores da Comunidade de Ibraquera - ASPECI, sendo um titular e um suplente;

XXX - Associação de Surf da Praia do Rosa - ASPR, sendo um titular e um suplente;

XXXI - Colônia de Pescadores Z-33, sendo um titular e um suplente;

XXXII - Cooperativa Agropecuária de Tubarão - COPAGRO, sendo um titular e um suplente;

XXXIII - Fórum da Agenda 21 Local da Lagoa de Ibraquera, sendo um titular e um suplente;

XXXIV - Ordem dos Advogados do Brasil / Subseção de Imbituba - OAB/Itububa, sendo um titular e um suplente;

XXXV - Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º O Conselho Consultivo deverá rever seu regimento interno, caso necessário, no prazo de noventa dias contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do ICMBio para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

PORTARIA Nº 67, DE 21 DE JULHO DE 2011

Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Juruá/AC

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 julho de 2011, e pela Portaria Nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010,

Considerando o disposto no art. 18 da Lei Nº 9.985, bem como os art. 17 a 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamentam;

Considerando o Decreto Nº 98.863 de 23 de janeiro de 1990, que criou a Reserva Extrativista Alto Juruá, no estado do Acre;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio Nº 02, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento de Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo ICMBio Nº 02070.000834/2011-88, R E S O L V E:

Art.1º - Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Juruá, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Juruá é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, sendo um titular e um suplente;

II - Coordenação Regional da Fundação Nacional do Índio em Rio Branco/AC - FUNAI/CRRB, sendo um titular e um suplente;

III - Superintendência Regional no Acre do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/SR-14, sendo um titular e um suplente;

IV - 61º Batalhão de Infantaria de Selva - Batalhão Marechal Thaumaturgo/AC, sendo um titular e um suplente;

V - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/AC, sendo um titular e um suplente;

VI - Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Estado do Acre - SEAPROF/AC, sendo um titular e um suplente;

VII - Núcleo de Marechal Thaumaturgo da Universidade Federal do Acre - UFAC/AC, sendo um titular e um suplente;

VIII - Câmara Municipal de Marechal Thaumaturgo/AC, sendo um titular e um suplente;

IX - Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo/AC, sendo um titular e um suplente;

X - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo/AC - CONDEMA, sendo um titular e um suplente;

XI - Superintendência Regional da Polícia Federal no Acre, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

XII - Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá - ASAREAJ, sendo um titular e um suplente;

XIII - Cooperativa Sonhos de Todos - COOPERSONHOS, sendo um titular e um suplente;

XIV - Associação Ashaninka do Rio Amônia - APIWTXA, sendo um titular e um suplente;

XV - Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Marechal Thaumaturgo - STR/MT, sendo um titular e um suplente;



XVI - Comunitários 1 - Rios Amônia e Arara, sendo um titular e um suplente;

XVII - Comunitários 2 - Rios Amônia e Arara, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Comunitários 3 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XIX - Comunitários 4 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XX - Comunitários 5 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XXI - Comunitários 6 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XXII - Comunitários 7 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XXIII - Comunitários 8 - Rio Alto Juruá, sendo um titular e um suplente;

XXIV - Comunitários 9 - Rio Bagé, sendo um titular e um suplente;

XXV - Comunitários 10 - Rio Bagé, sendo um titular e um suplente;

XXVI - Comunitários 11 - Baixo Rio Tejo, sendo um titular e um suplente;

XVII - Comunitários 12 - Baixo Rio Tejo, sendo um titular e um suplente;

XVIII - Comunitários 13 - Médio Rio Tejo, sendo um titular e um suplente;

XIX - Comunitários 14 - Médio Rio Tejo, sendo um titular e um suplente;

XXX - Comunitários 15 - Alto Rio Tejo, sendo um titular e um suplente; e

XXXI - Comunitários 16 - Alto Rio Tejo, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo único: O Conselho Deliberativo será presidido pelo chefe da Reserva Extrativista Alto Juruá, a quem compete indicar seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Juruá serão estabelecidos em regimento interno elaborado pelos membros do Conselho e aprovado em reunião.

§1º O Conselho Deliberativo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º Antes de sua aprovação pelo Conselho, o regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento e manifestação, caso haja alterações.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer proposta de alteração na composição do Conselho Deliberativo deve ser registrada em ata de reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do ICMBio para publicação de nova portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

PORTARIA Nº 68, DE 21 DE JULHO DE 2011

Cria o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades/BA.

A PRESIDENTA, SUBSTITUTA, DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - INSTITUTO CHICO MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, inciso VII, do Anexo I do Decreto Nº 7.515, de 8 julho de 2011, e pela Portaria Nº 411-MMA, de 29 de outubro de 2010,

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, bem como, os arts. 17 a 20 do Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que a regulamenta;

Considerando a Instrução Normativa ICMBio Nº 11, de 8 de junho de 2010, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a formação e funcionamento de Conselhos Consultivos em Unidades de Conservação federais;

Considerando o Decreto s/nº de 21 de dezembro de 2007, que criou o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, no estado da Bahia; e

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais - DIUSP no Processo Nº 02193.000001/2011-21, R E S O L V E:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, com a finalidade de contribuir com ações voltadas ao efetivo cumprimento dos seus objetivos de criação e implementação do Plano de Manejo da Unidade.

Art. 2º - O Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades é composto por representantes dos seguintes órgãos governamentais e segmentos da sociedade civil:

DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS:

I - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, sendo um titular e um suplente;

II - Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

III - Regional de Eunápolis do Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia - IMA -, sendo titular e Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A - EMBASA, sendo suplente;

IV - Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sendo titular e Área de Proteção Ambiental Caraíva-Trancoso, sendo suplente;

V - Agência da Capitania dos Portos em Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

DA SOCIEDADE CIVIL:

VI - Proprietários de terra do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, sendo um titular e um suplente;

VII - Moradores do Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, sendo um titular e um suplente;

VIII - Colônia de pescadores Z-22 de Porto Seguro/BA, sendo um titular e um suplente;

IX - Instituto Joana Moura, sendo um titular e Associação de Moradores do Povoado de Itaporanga, sendo um suplente;

X - Sociedade Amigos de Itaporanga - Trancoso - SAIT, sendo um titular e Associação dos Nativos do Povoado de Caraíva - ANAC, sendo um suplente;

XI - Terra Indígena Imbiriba, sendo um titular e um suplente;

XII - Ambiental Bahia LTDA, sendo um titular e um suplente;

Parágrafo único. O Conselho Consultivo será presidido pelo chefe ou responsável institucional pelo Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades, a quem compete indicar o seu suplente.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo serão estabelecidos em seu regimento interno.

§1º O Conselho Consultivo deverá elaborar seu regimento interno no prazo de noventa dias, contados a partir da data de posse.

§2º O regimento interno deverá ser encaminhado à Coordenação responsável do Instituto Chico Mendes - Sede para conhecimento.

Art. 4º - O mandato dos conselheiros é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 5º - Toda e qualquer modificação na composição do Conselho Consultivo deve ser registrada em Ata de Reunião do Conselho e submetida à decisão da Presidência do ICMBio para publicação de nova Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA CANUTO MEDEIROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 39, DE 22 DE JULHO DE 2011

Atualiza os valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 16, de 16 de agosto de 2010, nº 29, de 17 de novembro de 2010, nº 34, de 7 de dezembro, de 2010 e nº 36, de 13 de dezembro de 2010, para as Unidades Federativas do Distrito Federal, Acre, Piauí, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, e no artigo 54 da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualizar os limites máximos e mínimos para a contratação de serviços de limpeza e conservação, executados de forma contínua em imóveis públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para as Unidades Federativas do Distrito Federal, Acre, Piauí, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, conforme Anexo I desta Portaria, em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 16, de 16 de agosto de 2010, nº 29, de 17 de novembro de 2010, nº 34, de 7 de dezembro, de 2010 e nº 36, de 13 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas com produtividade de 600 m²;

II - áreas externas com produtividade de 1.200 m²;

III - esquadrias externas com produtividade de 220 m²; e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 110 m².

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

Art.4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos acordos ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º Os valores mínimos estabelecidos nesta Portaria visam a garantir a exequibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exequibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos § 3º, 4º e 5º do art. 29 da Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008.

Art. 8º Quando o imóvel possuir diferentes tipos de áreas, com produtividades diferenciadas, o órgão deverá converter as áreas do imóvel para a produtividade de 600m², de modo a facilitar a identificação do valor limite para área total do imóvel, e o quantitativo total de serventes que será necessário para a execução do serviço, sem que ocorram aproximações ou arredondamentos.

§ 1º Para o disposto no caput, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{(600 \times A1) + (600 \times A2) + (600 \times A3) + \dots}{P1 \quad P2 \quad P3} = ATC^*$$

Sendo:

P1, P2, P3... = Produtividades de cada uma das áreas do imóvel.

A1, A2, A3 = Metragem de cada uma das áreas do imóvel.

*Área Total do imóvel convertida para a produtividade de 600m²

Obs1: esquadrias externas e fachadas envidraçadas: ver §§s 3º e 4º;

§ 2º A partir da área total convertida - ATC, o cálculo do nº total de serventes e do valor limite total para o contrato será obtido da seguinte forma:

$$N^\circ \text{ total de serventes} = \frac{ATC}{600}$$

§ 3º Tendo em vista que a periodicidade de limpeza das áreas de esquadria externa, sem exposição ao risco, é quinzenal, a conversão dessas áreas na fórmula do § 1º não deverá utilizar a produtividade diária de 220 m², mas a produtividade quinzenal de 3300 m².

§ 4º As áreas de fachada envidraçada e esquadria externa com exposição ao risco não devem ser convertidas na fórmula do § 1º, sendo necessário que sejam calculadas separadamente.

Art. 9º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá disponibilizar no COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA